

2020

4^a EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA, AMPLIADA
de acordo com o novo CPC e as
leis 13.869/2019 e 13.964/2019

Charley
Teixeira Chaves

curso de

TEORIA GERAL

do processo

+ sinopse
de aulas

 editora
D'PLÁCIDO



curso de
TEORIA GERAL
do processo

2020

4ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA, AMPLIADA

de acordo com o novo CPC e as
leis 13.869/2019 e 13.964/2019

Charley
Teixeira Chaves

curso de
TEORIA GERAL
do processo

+ sinopse
de aulas



Copyright © 2014, D' Plácido Editora
Copyright © 2014, Charley Teixeira Chaves

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtor Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Nathalia Torres

Diagramação

Bárbara Rodrigues da Silva

Christiane Morais de Oliveira

Enzo Zaqueu Prates

Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843, Savassi

Belo Horizonte – MG

Tel.: 31 3261 2801

CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



“Olhar o novo com os olhos do velho transforma o novo no velho !”

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito”, 5 ed., p. 281



AGRADECIMENTOS



Por lutar em uma terra de gigantes.

Agradeço aos que me escutaram e proporcionaram um diálogo constante que ajudou na produção desta obra.

Aos Professores e Colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da PUC Minas, por todas as lições.

À turma do Mestrado em Processo: Ângela de Lourdes Rodrigues; Juliano Vitor Lima; Lucas Cruz Neves; Rodrigo Suzana Guimarães; Sérgio Henriques Zandona Freitas e Suzana Rocha Savoi Diniz.

Ao Professor Doutor *Fernando Horta Tavares*, respeito e admiração.

Ao Juiz de Direito do TJMG e Ex-Defensor Público – *Alair Soares Mendonça*, obrigado pela oportunidade única de aprendizado como seu Assessor, toda admiração pelo estímulo ao pensar.

Aos meus alunos e ex-alunos, pela oportunidade de ensinar e aprender.

À minha família, que sempre está pronta para me ajudar.

Aos meus pais, *Levy Teixeira Chaves (In Memoriam – Meu Pai*, você me ensinou que com honestidade e trabalho tudo é possível nesta vida – Saudades meu herói) e *Joselita Pereira Chaves (Dona Nena In Memoriam)* por tudo. Minha mãe, obrigado por me apoiar e me ensinar encarar a vida com honestidade, sem derrubar ninguém para crescer. Saudades.

À minha filha *Ana Carolina Vieira Teixeira Chaves*, muito bom ter você na minha vida.

Aos colegas, professores e amigos, por dividir angústias e lições.

Meu Amigo *Wisley Daniel*.

A todos que colaboraram para a elaboração desta obra.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21
CAP 1	
PRINCÍPIOS	23
1.1. Contraditório.....	33
1.1.1. Princípio do contraditório ou proibição de decisões-surpresa.....	34
1.1.2. Princípio da cooperação ou participação ou colaboração.....	37
1.2. Ampla defesa ou ampla argumentação.....	39
1.3. Imparcialidade (terceiro imparcial).....	40
1.4. Isonomia ou simétrica paridade de armas.....	41
1.5. Obrigatoriedade das fundamentações das decisões jurisdicionais.....	43
1.5.1. Impossibilidade de fundamentar decisão desfundamentada em sede recursal.....	45
1.5.2. Fundamentação “per relationem”.....	46
1.5.3. Princípio do convencimento motivado do julgador e o princípio da aquisição.....	47
1.6. Princípio do duplo “grau” de “jurisdição”.....	48
1.7. Sistema inquisitório.....	58

1.7.1. “Verdade” real — gestão da prova.....	61
1.8. Sistema misto, inquisitório reformado ou napoleônico.....	69
1.9. Sistema acusatório.....	73
1.9.1. Sistema adversarial.....	76
1.9.2. Juiz das garantias.....	81
1.9.2.1. Da fundamentação da prisão preventiva.....	83
1.9.2.2. Do fim da ingerência judicial no arquivamento do inquérito policial.....	84
1.9.2.3. Da prova ilícita apreciada pelo julgador.....	85
1.9.2.4. Da presença do advogado na fase da prisão em flagrante e audiência de custódia.....	86
1.9.2.5. Norma processual penal tempus regit actum.....	88
1.10. O direito intertemporal.....	89
1.11. O Sistema do <i>Common Law</i>	90
1.11.1. O sistema do common law e a problemática dos indutivistas.....	94
1.12. Devido Processo Constitucional.....	102
1.12.1. Princípio do devido processo legal.....	102
1.12.1.1. Ausência do Devido Processo Legal no Processo Administrativo.....	102
1.13. Juízo natural.....	105
1.14. Princípio dispositivo ou da Inércia jurisdicional.....	106
1.14.1. Princípio da correlação ou da adstrição ou congruência. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido.....	106
1.15. Acesso à jurisdição ou acesso ao direito ou da inafastabilidade da jurisdição.....	107
1.15.1. Via administrativa é mera faculdade e não obrigatoriedade.....	108
1.15.2. Assistência jurídica integral e gratuita como garantida do princípio da inafastabilidade.....	110
1.16. Princípio Publicidade.....	112
1.17. Princípio da reserva legal no Estado democrático.....	114
1.18. Princípio da celeridade processual e Duração Razoável do processo.....	114

1.18.1. Indenização dos danos pela duração exagerada do processo.....	117
---	-----

CAP 2

A EVOLUÇÃO TEÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL 119

2.1. Introdução.....	121
2.2. Teoria do processo como contrato (Século XVIII e XIX).....	122
2.3. Teoria do Processo como Quase-Contrato (1850).....	123
2.4. Teoria do Processo como Relação Jurídica (1868).....	123
2.4.1. Teoria de Kohler (retilínea).....	124
2.4.2. Teoria Wach (Triangular).....	125
2.4.3. Teoria de Planck e Hellwig (Angular).....	125
2.4.4. Características da relação jurídica.....	125
2.4.5. Instrumentalidade do Processo.....	127
2.4.5.1. A efetividade do processo a partir do seu caráter instrumental.....	128
2.4.6. Pressupostos processuais.....	132
2.4.6.1. Pressupostos processuais de existência.....	133
2.4.6.2. Pressupostos processuais de validade.....	137
2.4.6.3. Pressupostos negativos.....	150
2.5. Teoria do processo como situação jurídica (1925).....	154
2.6. Teoria Institucionalista do Processo (1948).....	155
2.7. Teoria do Processo como procedimento em contraditório (1978) (Escola Estruturalista).....	158
2.8. Teoria do processo como entidade complexa.....	165
2.9. Teoria Constitucionalista do Processo (1979).....	166
2.10. Teoria Neoinstitucionalista do Processo.....	172
2.11. Conclusões.....	178

CAP 3

PROCESSO NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 181

3.1. Teoria da Instituição e do Instituto.....	183
3.2. Teoria institucionalista na concepção de Maurice Hauriou.....	183

3.3. Teoria Institucionalista do Processo (1948).....	191
3.4. Instituição e Instituto (Bases Neoinstitucionalista).....	196
3.5. Decisão Solipsista do julgador.....	201
3.6. Do Ativismo Judicial (decido conforme minha consciência).....	213

CAP 4

VISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE AÇÃO **223**

4.1. A Evolução Histórica Do Direito-de-Ação.....	225
4.1.1. Teoria imanentista.....	226
4.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo.....	227
4.1.3. Teoria do direito de ação subjetivo, público, autônomo e concreto – a teoria do direito potestativo de Chiovenda.....	229
4.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato.....	232
4.1.5. Teoria eclética do direito de ação.....	234
4.1.6. Teoria do direito de ação de Elio Fazzalari.....	236
4.2. O problema das condições da ação.....	239
4.3. As condições da ação de acordo com o CPC de 2015.....	242
4.4. Visão constitucional do direito-de-ação.....	245
4.5. Direito-de-ação e ação (procedimento).....	250
4.6. Compreensão constitucional do direito-de-ação é “ação” (procedimento) penal.....	252
4.7. Elementos da ação (procedimento).....	265
4.7.1. Carência da ação.....	267
4.7.2. A correlação entre acusação e a decisão penal.....	268
4.8. Considerações finais.....	274

CAP 5

JURISDIÇÃO **277**

5.1. Jurisdição Origem.....	279
5.2. Jurisdição para Giuseppe Chiovenda.....	281
5.3. Jurisdição para Francesco Carnelutti.....	282
5.4. Jurisdição para Liebman.....	284

5.5. Jurisdição para Fazzalari.....	285
5.6. Jurisdição para Rosemiro Pereira Leal.....	285

CAP 6

**O PARADIGMA DO ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

287

6.1. Considerações iniciais.....	289
6.2. Estado Liberal de Direito.....	289
6.3. Estado Social de Direito.....	292
6.4. Estado Democrático de Direito.....	295
6.5. Ciência e Técnica.....	296
6.5.1. Ciência.....	296
6.5.2. Técnica.....	297
6.6. Ciência do Direito e Técnica Processual.....	298
6.6.1. Considerações iniciais.....	298
6.6.2. Lógica da decisão, axiologia jurídica, dogmática e deontologia.....	299
6.6.3. Crítica à técnica legislativa contemporânea.....	302
6.7. Hermenêutica.....	305
6.7.1. Interpretação da Lei Processual.....	308
6.7.2. Antinomia.....	314
6.7.3. Hermenêutica Constitucional – Espécies de decisões proferidas pelo STF no controle de constitucionalidade.....	315
6.7.3.1. Declaração de nulidade total com redução de texto.....	316
6.7.3.2. O princípio da interpretação conforme a constituição.....	317
6.7.3.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	321
6.7.3.4. Inconstitucionalidade por Relação de Interdependência ou Decretação de Inconstitucionalidade “consequencial”, ou por “arrastamento”, ou por “atração”.....	322
6.7.3.5. Eficácia.....	322

6.7.3.6. “Fossilização da Constituição” / Petrificação do direito.....	323
6.7.3.7. Efeitos transcendentais dos motivos determinantes (ativismo judicial).....	325
6.7.3.8. Modulação temporal dos efeitos da decisão.....	329
6.8. Fundamentação das decisões (Ronald Dworkin).....	330
6.9. Jürgen Habermas.....	334
6.9.1. Autonomia privada e autonomia pública no Estado Democrático de Direito.....	336
6.9.2. O risco do dissenso – uma visão habermasiana – “regra da maioria” como mecanismo de formação do consenso.....	338
6.9.3. Teoria discursiva do direito (Princípio do discurso ao princípio da democracia).....	342
6.9.4. Razão prática x razão comunicativa: aspectos gerais da teoria da ação comunicativa.....	343

CAP 7

PARTES PROCESSUAIS **347**

CAP 8

PETIÇÃO INICIAL CPC: RESUMO **357**

8.1. Da Petição Inicial.....	359
8.1.2. Definições.....	359
8.1.3. Proposta a ação.....	359
8.1.4. Litispendência para o Autor.....	359
8.1.5. Elementos da Ação (toda petição inicial deve ter).....	360
8.1.5.1. Pedido.....	361
8.1.6. Dos Requisitos da Petição Inicial no CPC.....	362
8.1.6.1. Da competência – destinatário da petição.....	363
8.1.6.1.1. Da Qualificação das partes.....	364
8.1.6.1.1.1. O CPC de 2015 mitiga a qualificação do réu ou dos réus atendendo ao princípio da eficiência.....	366
8.1.6.1.2. Teoria da Substanciação.....	367

8.1.6.2. Pedido.....	368
8.1.6.2.1. Descrição do pedido.....	368
8.1.6.2.2. Requerimentos eventuais:.....	368
8.1.6.2.3. Princípio da congruência ou da adstrição ou correlação entre os pedidos.....	369
8.1.6.2.4. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido.....	369
8.1.6.2.5. A decisão pode ser considerada, quando isso ocorre, em.....	369
8.1.6.2.6. O pedido tem que ser certo e determinável.....	370
8.1.6.2.7. Pedidos implícitos art. 323 do CPC.....	371
8.1.6.2.8. Pedidos genéricos art. 324, §1º CPC (Casos excepcionais).....	372
8.1.6.2.8.1. Exemplos de pedidos Genéricos:.....	372
8.1.6.2.9. Pedidos classificações.....	373
8.1.6.2.10. Cumulação de pedido imprópria.....	373
8.1.6.2.10.1. Requisitos para cumulação de pedidos.....	374
8.1.6. Do valor da Causa - art. 292 CPC.....	376
8.1.7. Pedido de Audiência de conciliação ou de mediação.....	378
8.1.7.1. Não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação.....	379
8.1.9. Documentos que devem instruir a petição inicial.....	381
8.1.9.1. Exemplos de documentos indispensáveis.....	381
8.1.9.2. Documento, fundamental ou substancial, estiver em poder da parte adversa ou de terceiro.....	382
8.1.10. Das Provas.....	384
8.1.10.1. Distribuição do ônus da prova.....	384
8.1.10.2. Produção de prova.....	385
8.1.10. Da Emenda da Inicial.....	386
8.1.11.1. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir.....	387
8.1.11.2. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após citação e até o saneamento do processo (Mutatio Libelli).....	387
8.1.12. Do Indeferimento da Petição Inicial.....	389

8.1.12.1. Do Indeferimento da Petição Inicial.....	390
8.1.12.2. Do Recurso do indeferimento.....	390
8.1.1.12. Da improcedência liminar do pedido.....	390
8.1.13. Prescrição ou a decadência.....	391

CAP 9

DA TEORIA DA TUTELA PROVISÓRIA CPC **397**

9.1. Da tutela de urgência antecipada.....	402
9.2. Da tutela cautelar.....	407
9.3. Da tutela da evidência.....	414
9.4. Fato novo que justifica novo pedido de tutela de urgência antecipada.....	416
9.5. Do cabimento do agravo de instrumento contra tutela provisória (art. 1.015, I, cpc).....	417
9.6. O juízo absolutamente incompetente pode deferir liminar.....	417

CAP 10

**AS FORMAS ALTERNATIVAS DE COMPOSIÇÃO DE
LITÍGIOS (MEDIÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM)** **421**

10.1. Teoria geral da arbitragem.....	430
---------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS **447**

ANEXOS **469**



PREFÁCIO



Recebi a grande responsabilidade de prefaciá-la obra do Professor Dr. Ms. Charley Teixeira Chaves, intitulada Teoria Geral do Processo. Assim, antes de mais nada, gostaria de ressaltar que o autor mineiro, é sabidamente, um dos mais promissores pensadores do direito processual civil brasileiro democrático, com sólida formação acadêmica adquirida em inúmeras funções que exerceu e exerce junto à órgãos públicos (Ex-Assessor de Juiz do TJMG), universidades (Diretor / Coordenador de Curso e Professor de Graduação e Pós-graduação em Direito) e na própria experiência advocatícia. Isso significa que estamos tratando de um autor que consegue fazer, de maneira ímpar, a junção da teoria e da prática, o que só consigo vislumbrar nos mais brilhantes profissionais, como é o caso do autor da presente obra. Analisando a obra Teoria Geral do Processo, percebo que a mesma é muito mais do que um livro de teoria geral do processo, pois seu foco está em justamente trabalhar as questões processuais sob o enfoque constitucional-democrático. O primeiro capítulo, intitulado Princípios, o autor desenvolve os principais elementos constitutivos sobre o processo constitucional. De fato, é difícil verificar um livro de teoria, que consegue reunir todos os princípios de forma clara e moderna como foi apresentado na presente obra. Já no segundo capítulo, intitulado A Evolução Teórica do Direito Processual, o autor traz as principais teorias do processo, com um brilhantismos e uma pesquisa aprofundada, digno de quem fez uma extensa pesquisa acadêmica e histórica, citando autores renomados e obras raras. No entanto, é importante frisar, que o autor, não fica apenas citando teorias antigas sobre o processo, mas apresenta, de forma clara, a teoria do Professor Dr. Rosemiro Pereira Leal, intitulada Teoria Neoinstitucionalista do Processo. Tal teoria formou uma escola mineira do processo e inúmeros defensores. No terceiro capítulo, o autor apresenta o tema de maior reflexão

dos tempos atuais, no que tange a relação entre processo e democracia, pois faz um estudo das principais teorias que desenvolvem as bases para a formação de uma teoria institucionalista processual, bem como, para a defesa da democracia e do contraditório. Além disso, verificamos que o autor foi além, paralelo ao estudo do processo e de suas teorias, no capítulo quarto defende-se a visão constitucional do direito-de-ação. Isso significa que o mesmo entende que a ação é um direito constitucional de movimentar a jurisdição e de se obter a jurisdição, sem dissociar dos princípios constitucionais processuais. O direito-de-ação se constitui de direito-garantia fundamental, indissociável da democracia e da cidadania. No quinto capítulo, o autor desenvolve as principais teorias da jurisdição, explicando o conceito e as principais concepções desenvolvidas pelos processualistas Chiovenda, Carnelutti, Liebman, Fazzalari e Rosemiro. Ressalte-se, que o viés do autor, na perspectiva democrática, sustentando a jurisdição como resultado da construção do debate das partes. Verificamos que os inéditos capítulos desenvolvidos pelo autor, são tratados de forma simples, didáticas e atendendo aos fins que todos os estudiosos do direito processual devem conhecer, para o desenvolvimento da boa técnica processual. A obra é de muito fácil leitura, com ampla bibliografia, e com viés constitucional-democrático, o que a diferencia de todas as outras obras que existem por aí. Isso significa que a aquisição e o estudo da presente obra são de relevante interesse para todos os estudiosos do direito processual, não somente para os alunos, mas também os profissionais do direito e professores, que tendem conhecer de forma aprofundada e com comprometimento acadêmico os principais institutos do processo, da ação e da jurisdição.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2013.

Carlos Henrique Soares¹

¹ Doutor em Direito Processual (PUCMinas e Universidade Nova de Lisboa), Mestre em Direito Processual (PUCMinas), Coordenador do Curso de Direito Processual Civil do IEC-Barreiro, Professor de Direito Processual Civil da PUCMinas (Barreiro), Professor de Pós-Graduação do IEC, FDSM, UNIFENAS, FUMEC, PITAGORAS, etc, Autor de Livros e Artigos Jurídicos, Conferencista, Sócio-Diretor e Advogado da Pena, Dylan, Soares e Carsalade – Sociedade de Advogados. E-mail: carlos@pdsc.com.br.



NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO



Este livro nasceu dos estudos da Especialização, do Mestrado e do Doutorado em direito processual. O trabalho teve grande aceitação pelos alunos da graduação e da especialização, por ser embasado na visão constitucional da Teoria do Processo. A obra tentou abordar as principais teorias processuais de forma didática e prática. Foram considerados todos as inovações atinente a matéria.

Nesta nova edição contém todo o programa da Teoria Geral do Processo e ao final um resumo de todo o conteúdo da matéria. A segunda edição contempla atualização dos principais pontos relevantes ligado ao processo, atendendo a demanda dos alunos para concurso e para compreensão teórica da matéria. Realizou-se uma atualização de acordo com o novo Código de Processo Civil, as últimas inovações do Processo Penal, do Processo Constitucional e da nova lei de arbitragem e de mediação.

Todo trabalho deve ser testificado, críticas e sugestões serão sempre bem recebidas.

Belo Horizonte, janeiro de 2016

Dr. Ms. Charley Teixeira Chaves

charleychaves@charleychaves.com.br

www.charleychaves.com.br

instagram: @charleyteixeirachaves



INTRODUÇÃO



O presente livro pretende abordar as evoluções das escolas: da relação jurídica, do processo como procedimento em contraditório, processo constitucional e neoinstitucionalista, a sua importância para o mundo contemporâneo e como dirimidores processuais. Buscar-se-á, através de uma pesquisa explicativa e metodológica, com estudos em largas bibliografias, apontar de forma sintética, as visões do sistema atual e a compreensão adequada da natureza processual com base no modelo Constitucional do Processo com foco no Estado Democrático de Direito.

Objetivou-se também neste livro o exame evolutivo do direito de ação, com ênfase para a questão constitucional e a impropriedade das condições da ação.

O direito de ação (incondicionado) passa a ser visto como direito de movimentar a jurisdição, isto é, de exigir do Estado um pronunciamento jurisdicional, coadunada com as concepções do modelo de Estado Democrático de Direito, adotado pelo nosso ordenamento.

Serão analisados alguns teóricos que foram providenciais na compreensão, delimitação e definição da jurisdição.

Diversos temas serão desenvolvidos no transcorrer deste livro, tornando-o instigante pelas críticas epistemológicas apontadas.

Assim, cuida-se de uma obra que proporcionará ao leitor uma visão da teoria geral do processo com viés constitucional. A leitura é indispensável para o operador do direito.

A obra é de muito fácil leitura, com ampla bibliografia, e com viés constitucional-democrático, o que a diferencia de todas as outras obras que existem por aí. Isso significa que a aquisição e o estudo da presente obra é de relevante interesse para todos os estudiosos do direito processual, não somente para os alunos, mas também os profissionais do direito e professores, que tendem conhecer de forma aprofundada e com comprometimento acadêmico os principais institutos do processo, da ação e da jurisdição.

Dr. Carlos Henrique Soares

Princípios • A evolução teórica do Direito Processual
• Processo no Paradigma do Estado Democrático de Direito
• Visão Constitucional do Direito de Ação
• Jurisdição • Partes Processuais • Hermenêutica •
Mediação, conciliação e arbitragem.

INDICADO PARA: CURSO DE DIREITO

RECOMENDADO A: ALUNOS PROFESSORES
PROFISSIONAIS



ISBN xxx-xx-xxxxx-xx-x